



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PECUÁRIA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO

- 1.1. Contratação de empresa com Local para Transbordo, Transporte e Destinação Final de Resíduos Sólidos Urbanos Domésticos (rejeitos), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID	QUANT	VALOR UNIT	TOTAL
1	Contratação de empresa com Local para transbordo, Transporte e Destinação Final de Resíduos Sólidos Urbanos Domésticos (rejeitos)	t	15200	R\$ 200,00	R\$ 3.040.000,00

- 1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como especiais, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados a partir da Ordem de Início dos Serviços (início da operação), na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.
- 1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FINALIDADE:

- O presente Termo de Referência tem por finalidade discriminar os serviços, requisitos para habilitação em processo licitatório, bem como, normas e especificações técnicas que deverão reger a execução dos serviços, para contratação de empresa devidamente licenciada, a fim de receber os Resíduos Sólidos Urbanos.

3. INTRODUÇÃO:

- Esta ação visa cumprir com a responsabilidade do Município de realizar a destinação adequada aos resíduos sólidos gerados, em atendimento a legislação vigente, em especial a Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de resíduos Sólidos;
- Todos os serviços, materiais, máquinas e equipamentos, deverão seguir as especificações dos próximos itens, sendo que havendo necessidade de alguma alteração, as mesmas





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PECUÁRIA

deverão ser aprovadas pelo Setor Técnico da Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pecuária.

- A empresa deverá apresentar Licença Ambiental de Operação (LO), emitida pela FEPAM ou órgão ambiental competente, em vigor (válida) para as atividades a serem contratadas.
- Além das descrições e especificações técnicas deste memorial, também deverão ser observadas as Normas Técnicas da ABNT vigentes, bem como os termos da Licença Ambiental de Operação (FEPAM), a fim de alcançarmos o desempenho desejado na operação.
- A empresa deverá tomar os devidos cuidados com a segurança, atendendo as normas técnicas brasileiras vigentes, e ainda, deverá evitar a entrada de pessoas não autorizadas e sem identificação, no local.
- As empresas deverão apresentar proposta para o custo unitário por tonelada de resíduos (transbordo, transporte e destinação final).
- O prazo do contrato deverá ser de **12 meses** a contar da Ordem de Serviço e poderá ser renovado até limite máximo permitido em lei.
- Caberá a contratada os encargos sociais e recolhimentos referente a mão de obra envolvida na operação (Transbordo - Transporte - Destinação Final).
- Em caso de algum acidente de trabalho nestas etapas de operação contratada, a empresa deverá preencher CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho) e fornecer uma via para a fiscalização.
- As empresas concorrentes deverão apresentar as Licenças Ambientais de Operação (LO) necessárias em vigor, emitidas pela FEPAM ou órgão ambiental competente, no momento da licitação.
- Fica permitido a subcontratação por parte da empresa (terceirização) dos serviços de Transbordo e Transporte, desde que estes serviços sejam executados por empresa (s) com devido (s) Licenciamento (s) Ambiental (ais).

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.
- 4.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual (2024), conforme consta das informações básicas desse plano, publicado no sítio eletrônico da Prefeitura.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 5.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PECUÁRIA

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Quanto da sustentabilidade:

6.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade inseridos (intrínsecos) na descrição deste objeto, deverão ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

6.1.1.1. Quanto ao Transbordo: além de atender as condições e exigências do item **7.1** e item **7.2**, deverá apresentar Licença de Operação válida, emitida pelo órgão ambiental competente, como medida de garantia de sustentabilidade (ambiental) da contratação.

6.1.1.2. Quanto ao Transporte: além de atender as condições e exigências do item **7.3**, deverá apresentar Licença Ambiental do(s) veículo(s) que fará(ão) o transporte dos rejeitos em questão, emitida pelo órgão ambiental competente, como medida de garantia de sustentabilidade (ambiental) da contratação.

6.1.1.3. Quanto ao Destino Final: além de atender as condições e exigências do item **7.4**, deverá apresentar Licença de Operação válida, emitida pelo órgão ambiental competente, e este destino final deverá ter vida útil igual ou superior a 5 (cinco) anos e capacidade de recebimento mínimo de 1.500,00 t/mês (mil e quinhentas toneladas mês), como medidas de garantia de sustentabilidade (ambiental) da contratação.

6.2. Quanto a Subcontratação (terceirização):

6.2.1. Fica permitido a subcontratação parcial por parte da empresa (terceirização) dos serviços de Transbordo e Transporte, desde que estes serviços sejam executados por empresa(s) com devido(s) Licenciamento(s) Ambiental(ais).

6.2.2. É vedada a subcontratação completa ou parcial da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em: Destinação Final de Resíduos Sólidos Urbanos Domésticos (rejeitos).

6.2.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação.

6.3. Quanto a Garantia da contratação:

6.3.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

6.3.2. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

6.3.3. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato,

6.3.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PECUÁRIA

6.4. **Quanto a Vistoria (Visita Técnica):** Não há necessidade de realização Vistoria (Visita Técnica) frente as características do objeto em questão (características da prestação dos serviços);

7. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS (MODELO DE EXEUÇÃO DO OBJETO):

7.1. Transbordo

- 7.1.1. A empresa deverá fornecer instalações de **Transbordo** que possibilite o envio por parte desta Prefeitura, dos caminhões utilizados na Coleta Pública.
- 7.1.2. Este Transbordo deverá ter Licença de Operação em vigor, licenciado pela FEPAM ou órgão ambiental competente.
- 7.1.3. O Espaço Físico deverá ser apropriado para este fim, com área de descarga adequada para a demanda proposta, bem como acessos, caminhos internos e estruturas (áreas cobertas para armazenamentos, guarita, escritório, entre outros).
- 7.1.4. Quanto a operacionalidade a empresa deverá manter a licença ambiental atualizada. Os acessos internos, externos e as áreas de manobras deverão apresentar e manter perfeito estado de conservação, sinalização e trafegabilidade.
- 7.1.5. Caberá a empresa executar os serviços de operação do transbordo, carga e transporte com mão de obra, máquinas e equipamentos adequados.
- 7.1.6. A fiscalização passará a placa dos caminhões autorizados para a entrega e caberá a empresa contratada o planilhamento.
- 7.1.7. Junto ao Transbordo a empresa deverá ter balança rodoviária, devidamente licenciada e aferida regularmente (INMETRO), para que as cargas sejam pesadas (carregado e vazio), sendo que os pesos deverão fazer parte do planilhamento;
- 7.1.8. A planilha deverá ter campo de assinatura e os motoristas dos caminhões autorizados deverão assinar;
- 7.1.9. Além disto a planilha deverá ter os campos: data, hora e placa do veículo.
- 7.1.10. Deverá ser feito o CTR (Controle de Transporte de Resíduos) para controle e verificação dos pesos dos RSU recebidos, em planilha de apontamento, cujo modelo deverá ser aprovado previamente pela fiscalização.
- 7.1.11. A fiscalização acompanhará periodicamente a execução dos serviços contratados.
- 7.1.12. As planilhas de apontamento deverão contar com as colunas de: data, horário de descarga, pesos, placa do veículo e assinatura do condutor.
- 7.1.13. A empresa deverá fornecer cópia das planilhas de apontamento para a fiscalização, mensalmente, como comprovante dos pesos cobrados.
- 7.1.14. O pagamento será do peso apontado (planilhado) e atestado pela fiscalização.
- 7.1.15. A empresa deverá manter as condições de operacionalidade, conforme as normas brasileiras e licença ambiental e demais legislações e resoluções, a fim de permitir descarga facilitada e ágil, ou seja, os acessos de entrada e saída e caminhos de manobra dos caminhões deverão permanecer livres.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PECUÁRIA

- 7.1.16. Somente poderão ser recebidos os carregamentos de caminhões previamente cadastrados pela Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pecuária.
- 7.1.17. **OBS.:** O Transporte de RSU da coleta até o Transbordo (atribuição da contratante - Prefeitura) deverá obedecer às normas técnicas para a atividade, devendo especialmente, serem tomados cuidados que impeçam sua disseminação no percurso.
- 7.1.18. Os horários de funcionamento para recebimento do material serão: de Segunda à Sábado, no período das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.
- 7.1.19. O peso estimado de Operação é de 30 a 50 t/dia (trinta a cinquenta toneladas por dia) em média, podendo exceder na sazonalidade até aproximadamente 60 t/dia (nos meses de verão até aproximadamente sessenta toneladas por dia).
- 7.1.20. O peso máximo por mês deverá ser de 1.500,00 t (mil e quinhentas toneladas) na sazonalidade;
- 7.1.21. Os pagamentos serão mensais de acordo com os pesos aferidos.

7.2. Local do Transbordo

- 7.2.1. A empresa deverá apresentar croqui, preferencialmente a partir de imagens provenientes de aplicativos tais como Google Earth ou Google Maps, ou outros, definindo a distância do transbordo em relação a sede do município de Osório, seguido de coordenadas geográficas.
- 7.2.2. Este deverá possibilitar a identificação de trechos asfaltados e caso houver, de trechos de estradas não pavimentadas (não asfaltadas tais como: com saibro, terra, chão batido, entre outros).
- 7.2.3. Exemplo:

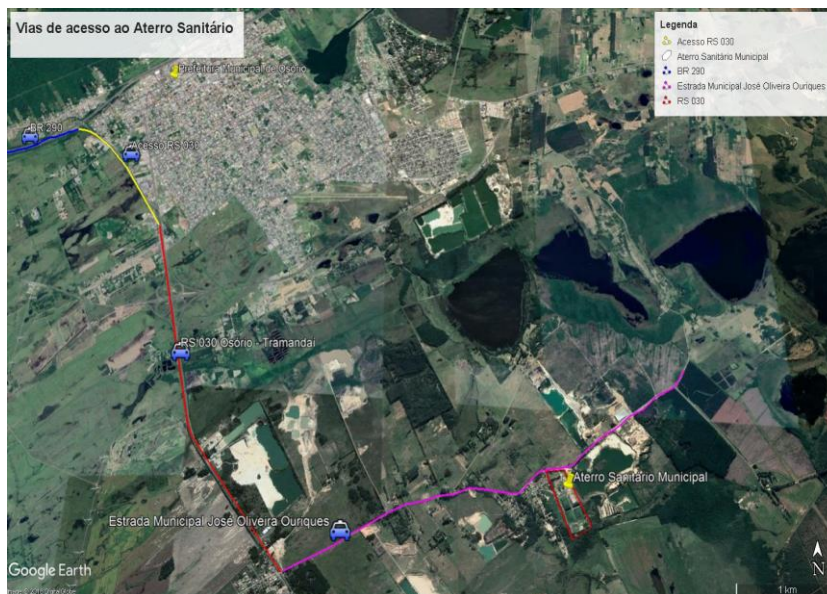


Figura 1 – Imagem retirada pelo aplicativo Google Earth





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PECUÁRIA

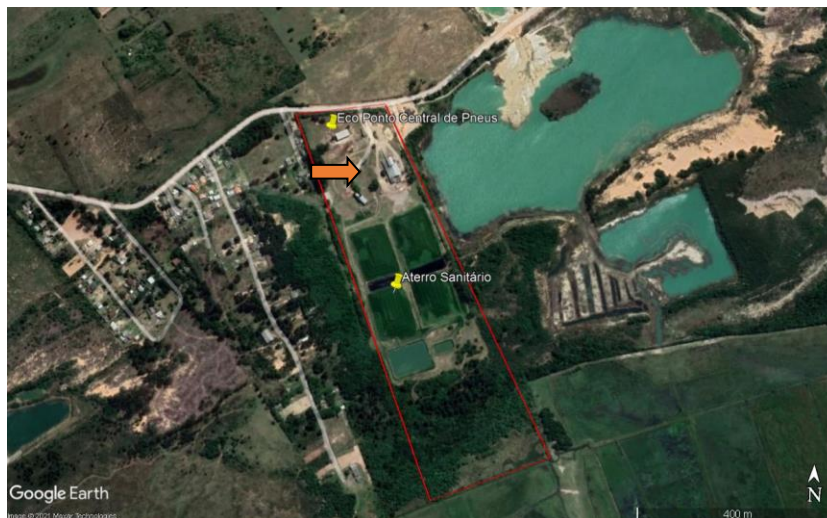


Figura 2 – Imagem retirada pelo aplicativo Google Earth



Figura 3 – Imagem retirada pelo aplicativo Google Earth

- 7.2.4. O custo de transporte é relevante para o município, que conta com transbordo junto a Central de Triagem de Resíduos Sólidos Urbanos Domésticos (imagem acima), na área do Aterro Sanitário Municipal (desativado), de onde sairão os rejeitos.
- 7.2.5. É necessário para análise das propostas considerarmos a posição do Transbordo da proposta em relação ao nosso ponto de origem (área do Aterro Sanitário Municipal desativado), na Estrada Municipal José Oliveira Ouriques, nº 3000, Km 3, cujas coordenadas são: 29° 55' 44,07" Latitude Sul, 50° 13' 31,15" Longitude Oeste;





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PECUÁRIA

7.2.6. Para esta análise adotaremos a seguinte fórmula, $F = (Da \times Fa) + (Dt \times Ft) + 0,05 \times P$, onde:

F = Valor do Frete em R\$/t (Reais por tonelada);

Da = Distância percorrida em via asfaltada (em km);

Dt = Distância percorrida em via pavimentada com revestimento primário (em km);

Fa = Valor unitário por tonelada-quilômetro em via asfaltada (R\$/t.km);

Ft = Valor unitário por tonelada-quilômetro em via pavimentada com revestimento primário (R\$/t.km);

P = Valor total de pedágios no transcurso de um frete (em R\$);

Utilizaremos: **Fa = R\$ 0,69/t** (do SICRO RS de Abril/2023 – Código 5914479);

Ft = R\$ 0,85/t (do SICRO RS de Abril/2023 – Código 5914464);

7.2.7. Esta fórmula foi retirada d “Norma Manual de Cálculo de Custo Operacional Rodoviário de Carga – SULOLOG/GELOG – Conab”;

7.2.8. O ponto a considerar para este cálculo é a área do Aterro Sanitário Municipal desativado, na Estrada Municipal José Oliveira Ouriques, nº 3000, Km 3, cujas coordenadas são: 29° 55’ 44,07” Latitude Sul, 50° 13’ 31,15” Longitude Oeste;

7.2.9. Vale ressaltar que o valor de F servirá para uma análise complementar das propostas apresentadas no certame licitatório, pela Prefeitura (análise de vantajosidade) e, portanto, não compõe o valor final das empresas participantes (valor da tonelada de RSU).

7.3. Carregamento e Transporte (do transbordo até a destinação final)

7.3.1. A empresa deverá realizar o carregamento e o transporte dos rejeitos do Transbordo até a destinação final.

7.3.2. O transporte destes Resíduos Sólidos Urbanos (rejeitos), provenientes da Coleta Pública, depois de passar pelo Transbordo, deverá ser executado por veículos adequados e devidamente licenciados pela FEPAM ou órgão ambiental competente.

7.3.3. Deverão seguir os requisitos técnicos da Norma Brasileira vigente da ANBT.

7.3.4. A empresa deverá tomar os devidos cuidados com o transporte, respeitando também as leis de trânsito, em especial o Código de Trânsito Brasileiro – Lei Federal 9.503/1997.

7.3.5. Os valores referentes a estes transportes, do transbordo até a destinação final, serão pagos por tonelada, integrante da composição do preço unitário (por tonelada).

7.4. Destinação Final

7.4.1. A empresa deverá dar a destinação final adequada aos RSU provenientes do transbordo, sendo que este local deverá estar devidamente licenciado ambientalmente (Aterro Sanitário ou outra), pela FEPAM ou órgão ambiental competente.

7.4.2. A empresa deverá tomar os devidos cuidados na operacionalidade, obedecendo as condicionantes da Licença de Operação e Normas Brasileiras da ABNT vigentes.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PECUÁRIA

- 7.4.3. A operação será de responsabilidade da Contratada.
- 7.4.4. Os valores referentes a destinação final, serão pagos por tonelada, de acordo com planilhamento descrito no item 4.1.
- 7.4.5. Este destino final deverá ter vida útil igual ou superior a 5 (cinco) anos e capacidade de recebimento mínimo de 1.500,00 t/mês (mil e quinhentas toneladas mês).

7.5. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

- 7.5.1. A demanda foi mensurada considerando os registros históricos de pesagens de Resíduos Sólidos Urbanos do Município, sendo que as Planilhas constam no Anexo I deste Termo de Referência.
- 7.5.2. O peso estimado de Operação é de 30 a 50 t/dia (trinta a cinquenta toneladas por dia) em média, podendo exceder na sazonalidade até aproximadamente 60 t/dia (nos meses de verão até aproximadamente sessenta toneladas por dia).
- 7.5.3. O peso máximo por mês deverá ser de 1.500,00 t (mil e quinhentas toneladas) na sazonalidade;

7.6. Especificação da garantia do serviço (art. 40, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

- 7.6.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

7.7. Procedimentos de transição e finalização do contrato

- 7.7.1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 8.2. Por tratar-se de serviço contínuo, de utilidade e saúde pública, conforme Lei Federal nº 12.305/2010, não cabe previsão de interrupção.
- 8.3. As comunicações entre a Administração e a contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 8.4. A Administração poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Administração **poderá** convocar o representante da empresa contratado para reunião inicial para apresentação do





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PECUÁRIA

plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.6. Quanto ao preposto

- 8.6.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 8.6.2. A contratada deverá manter preposto da empresa em contato permanente com a Administração e fiscalização do contrato, durante sua vigência (vigência contratual).
- 8.6.3. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratado designará outro para o exercício da atividade.

8.7. Fiscalização

- 8.7.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

8.8. Fiscalização Técnica

- 8.8.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, nos termos do Decreto Municipal nº 133/2023, art. 48.
- 8.8.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, conforme Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º e Decreto nº 133/2023.
- 8.8.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;
- 8.8.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 8.8.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 8.8.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PECUÁRIA

8.9. Fiscalização Administrativa

- 8.9.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, nos termos do Decreto Municipal nº 133/2023, art. 48.
- 8.9.2. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de Apostilamento e Termos Aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 8.9.3. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

8.10. Gestor do Contrato

- 8.10.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, nos termos do Decreto Municipal nº 133/2023, art. 48.
- 8.10.2. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração, nos termos do Decreto Municipal nº 133/2023, art. 47.
- 8.10.3. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 8.10.4. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 8.10.5. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 8.10.6. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PECUÁRIA

- 8.10.7. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 8.10.8. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 9.1. As Medições serão mensais, conforme as Planilhas de Registros de Pesagens geradas (conforme descrito no item 4.1 deste Termo de Referência).
- 9.2. No momento de cada pesagem, será entregue um comprovante de pesagem (ticket - a cargo da Prefeitura), e a cópia dos mesmos deverão ser entregues acompanhando as medições.
- 9.3. A empresa também deverá entregar toda a documentação fiscal/financeira exigida no contrato, acompanhando as medições.
- 9.4. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 9.4.1. Não produziu os resultados acordados;
- 9.4.2. Deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;
- 9.4.3. Deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 9.5. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 9.5.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021;
- 9.6. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- a) o prazo de validade;
 - b) a data da emissão;
 - c) os dados do contrato e do órgão contratante;
 - d) o período respectivo de execução do contrato;
 - e) o valor a pagar; e
 - f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 9.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PECUÁRIA

- 9.8. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 9.9. A Administração deverá realizar consulta para:
- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
 - b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 9.10. Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 9.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 9.12. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.
- 9.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto à Administração Pública.
- 9.14. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
- 9.15. No caso de atraso pela Administração, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Preços ao Consumidor – Amplo (IPCA), divulgado pelo IBGE.
- 9.16. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pela Contratada.
- 9.17. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 9.18. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 9.19. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha de preços, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 9.20. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PECUÁRIA

à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO VENCEDOR

10.1. Por meio de realização de procedimento de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, com adoção de critério de julgamento pelo menor preço unitário (por tonelada), será obtido o vencedor, porém com avaliação em relação ao local do transbordo, visto que afeta os custos de transporte dos rejeitos para o município (item 7.2 deste Termo de Referência).

10.2. O custo de transporte é relevante para o município, que conta com transbordo junto a Central de Triagem de Resíduos Sólidos Urbanos Domésticos (imagem acima), na área do Aterro Sanitário Municipal (desativado), de onde sairão os rejeitos.

10.3. É necessário para análise das propostas considerarmos a posição do Transbordo da proposta em relação ao nosso ponto de origem (área do Aterro Sanitário Municipal desativado), na Estrada Municipal José Oliveira Ouriques, nº 3000, Km 3, cujas coordenadas são: 29° 55' 44,07" Latitude Sul, 50° 13' 31,15" Longitude Oeste;

10.4. Para esta análise adotaremos a seguinte fórmula, $F = (Da \times Fa) + (Dt \times Ft) + 0,05 \times P$, onde:

F = Valor do Frete em R\$/t (Reais por tonelada);

Da = Distância percorrida em via asfaltada (em km);

Dt = Distância percorrida em via pavimentada com revestimento primário (em km);

Fa = Valor unitário por tonelada-quilômetro em via asfaltada (R\$/t.km);

Ft = Valor unitário por tonelada-quilômetro em via pavimentada com revestimento primário (R\$/t.km);

P = Valor total de pedágios no transcurso de um frete (em R\$);

Utilizaremos: **Fa = R\$ 0,69/t (do SICRO RS de Abril/2023 – Código 5914479);**

Ft = R\$ 0,85/t (do SICRO RS de Abril/2023 – Código 5914464);

10.5. Esta fórmula foi retirada d “Norma Manual de Cálculo de Custo Operacional Rodoviário de Carga – SULOG/GELOG – Conab”;

10.6. O ponto a considerar para este cálculo é a área do Aterro Sanitário Municipal desativado, na Estrada Municipal José Oliveira Ouriques, nº 3000, Km 3, cujas coordenadas são: 29° 55' 44,07" Latitude Sul, 50° 13' 31,15" Longitude Oeste;

10.7. Vale ressaltar que o valor de F servirá para uma análise **complementar** das propostas apresentadas no certame licitatório, pela Prefeitura (análise de vantajosidade) e, portanto, não compõe o valor final das empresas participantes (valor da tonelada de RSU).





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PECUÁRIA

10.8. Quanto a Qualificação Técnica

- 10.8.1. Declaração formal, assinada pelo responsável técnico do licitante, de que tomou conhecimento de todas as informações necessárias, tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação e possui os equipamentos e pessoal técnico necessários ao cumprimento das obrigações da licitação.
- 10.8.2. Prova de registro ou inscrição, acompanhada de prova de regularidade da empresa licitante, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/RS.
- 10.8.3. Em se tratando de empresa não registrada no CREA do Estado do Rio Grande do Sul, esta deverá apresentar a documentação supracitada do CREA do estado de origem, ficando a licitante obrigada a apresentar o visto do CREA do Estado do Rio Grande do Sul, no momento da contratação.
- 10.8.4. Indicação do(s) responsável(eis) técnico(s), através de declaração da empresa, onde irá constar no mínimo o(s) nome(s) do profissional(ais) e o(s) seus(s) número(s) de registro(s) no CREA.
- 10.8.5. Prova de registro, acompanhada de prova de regularidade do(s) responsável(eis) técnico(s) indicado(s) no item 10.8.4., perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/RS.
- 10.8.6. Em se tratando de profissional não registrado no CREA do Estado do Rio Grande do Sul, este deverá apresentar a documentação supracitada do CREA do estado de origem, ficando a licitante obrigada a apresentar o visto do CREA do Estado do Rio Grande do Sul, no momento da contratação.
- 10.8.7. Comprovação de capacitação técnico-profissional, das indicações feitas no item 10.8.4. mediante apresentação de 01 (um) ou mais, atestado(s) de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente, registrado(s) no conselho competente, acompanhados(s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT, fornecido pelo CREA. Este(s) atestado(s) deverão comprovar a execução de serviço(s) de características semelhantes e de complexidade tecnológica equivalente(s) ou superior(es) que é: "Prestação de serviços de recebimento, tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos – RSU (domiciliar, comercial e público), devidamente licenciado pelo órgão ambiental competente."
- 10.8.8. Poderão ser apresentados tantos atestados quanto forem necessários, desde que o somatório dos mesmos comprove o atendimento do exigido acima.
- 10.8.9. Comprovação da capacitação técnico-operacional da empresa licitante, mediante a apresentação de 01 (um) ou mais atestados, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado na entidade profissional competente (CREA).
- 10.8.10. Somente serão aceitos atestados que contenham as seguintes informações: nome do contratado e contratante, identificação do tipo ou natureza dos serviços, localização dos serviços, período de execução e descrição dos serviços executados e suas quantidades.
- 10.8.11. Os atestados solicitados deverão comprovar a execução de serviços de características semelhantes e de complexidade tecnológica equivalentes ou superiores as





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PECUÁRIA

parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo, que é: "Prestação de serviços de recebimento, tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos – RSU (domiciliar, comercial e público), devidamente licenciado pelo órgão ambiental competente, com capacidade para o recebimento de, no mínimo, 1.500 toneladas ao mês."

10.8.12. Para fins de atendimento ao disposto no item 10.8.11, acima, será admitido a soma dos quantitativos consignados em diferentes atestados, desde que os serviços tenham sido executados pela licitante no mesmo período mensal.

10.8.13. Atestados de empresas que passaram por processos de fusão, incorporação e cisão serão considerados também como capacidade técnico-operacional da sucessora, desde que sejam obedecidos os procedimentos legais, com os respectivos registros cartorários.

10.8.14. A licitante deverá declarar disponibilidade para destinação dos resíduos sólidos urbanos (domiciliar, comercial e público), nas quantidades diárias estimadas (40 a 60 t/dia) e podendo exceder esta quantidade na sazonalidade (meses de verão) para o peso máximo de 1.500,00 t/mês (mil e quinhentas toneladas mês), em Aterro Sanitário, por período de no mínimo 5 (cinco) anos.

10.8.15. A licitante deverá apresentar Licença de Operação deste Aterro Sanitário, emitida pela FEPAM ou órgão ambiental competente, em plena vigência, para recebimento de resíduos sólidos urbanos constantes do objeto e em conformidade com a NBR 10.004/2004.

10.8.16. A exigência de registro ou inscrição da empresa licitante na entidade profissional competente, para fins de comprovação de qualificação técnica (Lei Federal nº 14.133/2021), deve se limitar ao conselho que fiscalize a atividade básica ou o serviço preponderante da licitação, conforme jurisprudência do TCU (Acórdão 2769/2014 – TCU Plenário). Portanto, tendo em vista que os serviços de manejo de resíduos sólidos (coleta, transbordo e destinação final) são serviços de engenharia, entende-se que o único registro passível de exigência é aquele junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA (conforme preconiza o Caderno de Orientações Técnicas de Serviços de Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliares do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, 2ª Edição - Porto Alegre - 2019);

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O valor unitário da tonelada de RSU (resíduos sólidos urbanos), para a operação proposta, conforme descrito neste Termo de Referência, de recebimento em Transbordo, transporte até destinação final e destinação final dos RSU, que adotamos como referência para as licitantes, baseado em pesquisa de mercado, é de R\$ 200,00/t (duzentos reais por tonelada de resíduos sólidos urbanos - rejeitos).

11.2. Para a estimativa máxima de 15.200 toneladas no ano, para fim de contrato, temos o valor total estimado por ano de R\$ 3.040.000,00 (Três milhões e quarenta mil reais).

11.3. A licitação será para obtenção do menor preço unitário, deverá seguir o que preconiza este Termo de Referência e demais termos do Edital Licitatório.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PECUÁRIA

11.4. Os Pagamentos serão mensais, conforme medição, considerando o peso total registrado no período e o Custo Unitário contratado.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentária Anual do Município.

12.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:
07.046.0018.0541.0121.2217.33390390000000000000.05010001-1971.

Osório, 01 de abril de 2024.

Cristiano Souza Camargo
Engenheiro Civil – CREA 104 283

Israel dos Passos
Assessor de meio Ambiente

